

ACTA N.º 169

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e quatro, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Armelino Santos Amaral, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), com a seguinte:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1) Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis-----
- 2) Derrama-----
- 3) Financiamento de 513.056,00€-----
- 4) Financiamento de 47.772,00€-----
- 5) Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo – Alteração-----
- 6) Moção “Portagens na A25” – Apreciação-----
- 7) Outros Assuntos:-----

----- Confirmaram-se as faltas justificadas de: Mário Coutinho Martins, Sabino Augusto Hipólito da Silva, Ercília Maria Marques S. Pedro, Manuel da Silva Domingues e Jorge Manuel Oliveira Domingues.-----

----- Seguiu-se a votação da acta da sessão anterior, que fora aprovada em minuta no final, para produzir a necessária eficácia. A acta da sessão anterior foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos membros João Almeida e Fernando Oliveira.-----

-----1º - Período Antes da Ordem do Dia-----

----- No período antes da ordem do dia, foram anotadas as seguintes intervenções:-----

Carlos Silva – Com a sua intervenção, pretendeu apresentar algumas situações e colocar algumas questões para o executivo responder.-----

Começou por informar que o passeio entre a Segurança Social e a Escola do Calvário está cheio de buracos, devido à chuva que caiu e limpou todo o tout-venant. É necessário repor, novamente, o piso. Não sabe se compete à Câmara ou ao empreiteiro repor esse pavimento. No entanto, fica registado o pedido, para intervir a entidade competente.-----

Na Rua das Póvoas, verifica-se um estrangulamento a meio do troço, bem como, a falta de saneamento nesta zona, o qual poderia ser colocado durante a execução dessa empreitada.-----

O quiosque do parque infantil, no Arruamento Novo, tinha como objectivo principal a vigilância e guarda dos equipamentos do parque infantil e, também, dos sanitários de apoio ao referido equipamento. Contudo, constatamos estar fechado no período da manhã, e aberto no período da tarde, até à uma hora. Verificamos muitas vezes que, o parque está a ser utilizado por adultos, quando se destina apenas às crianças. O executivo deveria intervir para obrigar no cumprimento do que foi previamente estabelecido.-----

Mudando de assunto, perguntou qual a legislação que serviu de suporte à admissão do terceiro vereador. Aproveitou para perguntar se foi respeitada a sequência na lista e se não havia outra pessoa com experiência para ocupar esse lugar.-----

No anfiteatro da Piolhosa, há muito tempo que andam a trabalhar apenas dois ou três trabalhadores, verificando-se que nunca mais acaba. Não seria de todo mais conveniente, solicitar ao empreiteiro para concluir rapidamente essa empreitada.-----

Nas “Folcloriadas”, verificámos, com desagrado, a ausência dos ranchos folclóricos de Sever e Rocas do Vouga.-----

Por último, elogia os Presidentes de Junta que têm tido bom gosto no arranjo dos largos que serviam de depósito para os madeireiros. Para eles, o nosso reconhecimento.-----

Manuel Soares – Responde: - quanto ao passeio, informa que a responsabilidade não é do empreiteiro. Existe uma empreitada nova destinada à recuperação dos passeios, porque alguns estavam muito degradados e pretendemos a substituição do material utilizado nos actuais passeios.-----

O bar do Arruamento Novo, foi colocado naquele espaço porque o parque infantil não possuía sanitários e as crianças deslocavam-se, com frequência, ao estabelecimento que funciona em frente. Em relação ao horário de funcionamento do bar, não foram apresentadas queixas e sabemos que a GNR faz todos os dias rondas e não comunicaram qualquer anomalia no funcionamento daquele estabelecimento.-----

O terceiro vereador está a meio tempo, para apoiar em vários projectos, tais como, no Agris, nos Pontos de Água e nos Caminhos Florestais, mais as restantes tarefas que lhe são cometidas, para o desempenho das nossas funções.-----

Actualmente, podemos ter seis vereadores em regime de permanência, porque a lei o permite. No entanto, temos dois e meio, considero ser um rácio muito bom, comparado com o dos restantes municípios vizinhos.-----

Em relação à empreitada do Centro Cívico da Vila, frisa que a Câmara paga os autos de medição em função dos trabalhos realizados; tanto paga se os trabalhadores trabalham muito depressa como muito devagar, porque se refere à execução de uma empreitada, dependendo do empreiteiro e não do executivo.-----

Sobre o evento intitulado “Folcloriadas”, com o apoio do Município, refere que os convites não foram realizados pela Câmara Municipal. Contudo, tem conhecimento que foram convidados apenas grupos federados e os dois ranchos citados, ainda não fizeram a sua filiação. Mais informou que, a organização esteve ao cargo do Grupo Técnico do Baixo Vouga, depois de proporem a realização das “Folcloriadas” no nosso concelho, decisão que agradecemos e nos congratulamos. Nunca nos transmitiram quem iam convidar. Sabemos agora, que foram catorze grupos, todos federados.-----

Alberto Almeida – Agradeceu e elogiou a limpeza realizada na ex-E.N. 16, embora tardia, mas seria bom que continuasse em todo o concelho.-----

Apelou para o executivo interceder junto dos proprietários dos pinhais existentes entre a citada estrada e o rio, com vista ao corte e plantação de outra espécie de árvores, porque proporcionavam outro efeito paisagístico e ambiental.-----

Apresentou, novamente, um pedido de colocação de “railes” nessa estrada, designadamente, onde aconteceu um acidente mortal. -----

Perguntou se a ponte da Senhora da Saúde, em Pessegueiro, já está concluída, caso contrário, pede para que seja concluída. -----

As obras na Escola do Cruzeiro estão muito bem, excepto quanto ao portão que não está em conformidade com a vedação instalada. As crianças saltam os portões e falta o varão de resguardo, antes da passadeira. -----

Voltou a realizar um apelo para a rectificação da estrada do Pombal à Botica, conforme foi prometido.-

Perguntou se estava a ser cobrada alguma taxa de ocupação da via pública por parte dos madeireiros, os quais, para além de prejudicarem a passagem do trânsito, com o carregamento da madeira, por vezes deixam restos de madeira e os equipamentos utilizados derramam óleo na estrada.-----

Por último, apresentou dois pedidos. O primeiro relacionado com o P.T. existente junto à Sinat, referindo que deveria ser solicitada a sua remoção à EDP, porque se encontra desactivado. No segundo pedido, solicita que o executivo interceda junto do IEP, no sentido de serem colocadas mais passadeiras na E.N. 328, entre Talhadas e Sever do Vouga, onde existem mais zonas atravessadas por muitos peões.-----

Manuel Soares – Informou que a Câmara Municipal não tem competências para obrigar ao corte dos eucaliptos. No entanto, não entende porque é que o Ministério do Ambiente ainda não tomou qualquer medida, uma vez que já lhes demos conhecimento desse facto. Sugere que seja feita uma exposição dirigida ao Director Regional, com vista a reforçar o pedido da Câmara Municipal

formalizado por escrito e, enviado em tempos, sem qualquer resposta. A proposta poderá ser formulada pela Assembleia Municipal.-----

A estrada do Pombal à Botica não poderá ser rectificadora sem que, em primeiro lugar, seja colocada a conduta de saneamento. No entanto, é uma obra que se encontra com o concurso a decorrer.-----

Quanto aos madeireiros – ocupação do domínio público – informou que já foram levantados muitos autos de contra-ordenação e não resolveram esse problema. Considera que realmente se verifica um abuso por parte dos madeireiros, motivo que levou a solicitar à GNR uma intensificação na fiscalização da ocupação indevida do domínio público.-----

Em relação ao citado Posto de Transformação, informou que existem dúvidas se pertence à EDP ou é propriedade de um particular. Há quem diga que é propriedade privada. Estamos a envidar esforços no sentido de averiguarmos, em concreto, a propriedade do P.T., para tentar a sua aquisição e demolição.-----

Armando Ventura – Dirige-se ao vereador do pelouro das obras públicas, perguntando: qual é a situação da Estrada da Gândara a Nogueira? Em tempos, disse-me que já tinha sido adjudicada a uma empresa de fora. Agora, informa que se encontra para análise.-----

Perguntou se a escritura do terreno da Vinha Dónega foi realizada. Acrescentou o seguinte: nesta assembleia foi aprovado um empréstimo com a finalidade de adquirir aquele imóvel – não terá sido gasto noutra fim?-----

A estrada da Botica ao Poço de Santiago já foi entregue?-----

Alerta para o facto do tapete se encontrar partido em determinadas zonas dessa estrada. Estando também as valetas cobertas por árvores.-----

Na comunicação do Senhor Presidente, refere que a obra “Caminho do Pombal ao Alto de Nogueira” está dada como concluída. Como é que pode dar-se como concluída, quando existe um troço para terminar.-----

Quanto à proposta para o novo financiamento, coloca algumas reservas, ou seja, pergunta se é para aplicar no que dizem ou é para outras obras.-----

Na rua do Restaurante “Canta a Coruja” para a E.N. 328, existe um degrau no pavimento. Junto à rotunda em frente ao Centro de Saúde, acontece o mesmo.-----

Manuel Soares – Lamentou profundamente a intervenção do senhor Armando Ventura, considerando-a insultuosa nalguns aspectos.-----

Com a fiscalização realizada aos Municípios. Como poderia utilizar as verbas desse empréstimo noutra fim, diferente do que estava previamente estabelecido?-----

Sobre a pergunta feita ao vereador das obras, respondeu que, nos concursos de empreitadas, existem vários momentos. Em primeiro lugar, verifica-se se os concorrentes apresentam os documentos exigidos. Em segundo lugar, abrem-se as propostas dos concorrentes admitidos. Mas, até à adjudicação definitiva da empreitada, temos que seguir vários procedimentos: análise dos documentos, verificação das quantidades unitárias, preços e cálculos para detecção de eventuais erros; análise da capacidade financeira dos concorrentes; e demais procedimentos legais. Em princípio, tomou conhecimento através da informação prestada por algum empreiteiro que concorreu.-----

Sobre o terreno da Vinha Dónega, solicitou esclarecimentos ao director de serviços, que informou existirem divergências no registo realizado em Águeda, sendo obrigatório também, proceder-se à sua transferência para a Conservatória de Sever do Vouga.-----

Quanto ao assunto da “Estrada do Pombal ao Alto de Nogueira”, o presidente da Câmara mostrou que está escrito na informação que a obra se encontra em execução. Aproveitou para prestar as considerações julgadas por mais convenientes, sobre o desenvolvimento e ponto de situação sobre a negociação do terreno necessário para concluir esta empreitada. Por último, quanto aos degraus na inserção da Rua da APCDI (perto do Restaurante “Canta a Coruja”) e a E.N. 328, bem como, na saída para o Centro de Saúde, informou saberem da existência desses dois desníveis. No entanto, o IEP ainda não concluiu a empreitada da variante, e no projecto encontra-se prevista uma rotunda para aquela zona. Na execução da rotunda, serão rectificadas os acessos para a Rua da APCDI e Centro de Saúde.-----

José Braga – Pretende o esclarecimento de algumas dúvidas e apresentar sugestões.-----

A estrada do Couto para Parada, iniciada há pouco tempo, apresenta algumas irregularidades que deveriam ser resolvidas. Considera que foi muito pouco rectificada; o tapete colocado é estreito e sobressai as bermas muito baixas. É necessário rectificar esse facto, porque se constata um desnível acentuado, entre o piso e a berma. Sugere a colocação de tout-venant. Na mesma estrada, constata-se a existência de um poste que deveria ter sido removido. O tapete colocado à volta desse poste torna-se esquisito e dá uma má imagem.-----

Recomenda ao executivo para negociar os terrenos necessários para a construção do parque de estacionamento na entrada de Couto de Esteves, perguntando como se encontra esse projecto, afirmando que a Câmara deveria adquiri-los e proceder ao seu pagamento. Informa que aos fins-de-semana há muito trânsito e muitas pessoas que se deslocam para aquela freguesia e não há lugares para estacionamento das viaturas.-----

Junto ao Restaurante “O Júnior”, há muita água no pavimento, onde já se vê lodo no meio do caminho. O mesmo acontece junto à igreja matriz.-----

Apresentou um pedido para beneficiação do caminho em Couto de Baixo, que vai dar à Casa da Fonte. Esse troço apresenta-se como uma lixeira e cheio de silvas, razão pela qual deveria ser arranjado.-----

No caminho que vai dar ao depósito da água, seria melhor colocar um pavimento betuminoso, em vez de estarem sempre a colocar tout-venant, porque as águas pluviais danificam constantemente o caminho.-----

Nada se fez no parque junto à ponte, na entrada da freguesia, e agora, os serviços do Município colocaram lá entulho.-----

Desejava saber quando começa a estrada de Rocas ao Couto, e quando é concluída a Zona Industrial de Irijó.-----

O projecto e embelezamento das rotundas é para quando, reitera que passa-se uma assembleia e mais outra e não se cumpre com nada, encontra-se tudo na mesma.-----

Sobre o novo vereador, comenta se é necessário comparar com concelhos vizinhos e questiona se não seria melhor dividir com as freguesias o dinheiro gasto com o novo vereador?-----

Num concelho turístico, porque se encontra em obras a barragem da Grela numa altura destas e porque não começaram mais cedo.-----

Manuel Soares – Informa que a Câmara procurou realizar o estacionamento quando decorria a empreitada. Mas, a proprietária do terreno não o cedia por qualquer quantia, alegando que só iria beneficiar o restaurante. A Câmara esteve sempre na disposição em pagar o terreno necessário à construção do estacionamento. No entanto, a dona opôs-se, pelas razões invocadas, demonstrando, sempre que não cedia.-----

Quanto à “Estrada de Rocas”, estamos perante uma empreitada que obriga pelo seu valor, à adopção do concurso público e fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas. Apesar de ser um procedimento moroso, devido à quantidade de concorrentes e tempo dispendido para análise dos documentos e das propostas, surgem sempre outros contra-tempos, tais como, pedidos de informação solicitados por aquela entidade, em muitos casos, para não passarem os prazos e ficar tacitamente visado o contrato. Assim, é um processo que demora em média mais de seis meses, até podermos emitir a consignação dos trabalhos.-----

A Zona Industrial de Irijó possui os trabalhos de preparação dos lotes quase concluídos, mas verifica-se que os interessados não comparecem para fazerem as respectivas escrituras. Apesar de insistirmos, através de contactos frequentes, não apareceram para pagar o IMT devido e necessário para instruir o processo da escritura.-----

Para o embelezamento das rotundas, fizemos um ajuste directo a um determinado engenheiro paisagístico, por um valor que consideramos baratíssimo, mas foi um verdadeiro fiasco, porque não se interessou nada em realizar e apresentar o estudo encomendado. Agora, decidimos proceder a uma consulta para adjudicar esse trabalho.-----

Ao novo vereador, no início, foram entregues os processos relacionados com duas candidaturas, em regime de meio tempo, mais outras tarefas que lhe são cometidas. Tenho constatado que passa a maior

parte do seu tempo, a trabalhar para o Município, apesar de se encontrar naquela situação – Regime de Tempo Parcial.-----

As obras na Barragem da Grela não são do Município, porque não é sua propriedade. Todos sabemos que essas obras só poderiam ser realizadas no verão e não foram licenciadas pela Câmara. Quanto a uma possível indemnização, responde a empresa que gere a barragem que, não seria obrigada a pagá-la, porque sem barragem não há espelho de água e, por conseguinte, qualquer praia fluvial. E se não fizessem a reparação da barragem, para além do risco eminente, poderia deixar de haver o espelho de água, necessário para a existência da praia fluvial.-----

António Martinho – Numa sessão anterior, apresentei um pedido para colocação de passadeiras entre Talhadas e Dornelas, mas foi colocada apenas uma passadeira, num determinado local. Como não tive a resposta desejada, volto a solicitar que através de um ofício remetido pela Câmara Municipal, ou proposta deste órgão, ou através da Comissão de Trânsito, se interceda junto do IEP no sentido de serem colocadas as passadeiras necessárias no citado troço da E.N. 328, com vista a obrigar uma atenção maior por parte dos automobilistas em relação aos peões que transitam e atravessam aquela via em determinadas zonas com maior frequência. Não são solicitados semáforos, como acontece em muitos concelhos, reitera apenas o pedido de colocação das passadeiras, que são indispensáveis para salvaguardar os transeuntes.-----

Acácio Barbosa – Começa por dizer, se o membro Alberto Almeida refere que “Pessegueiro parou nos últimos três anos”, o que dirá em relação à freguesia onde é Presidente.-----

Considera a verba atribuída pelo Município, destinada à limpeza de valetas manifestamente insuficiente para fazer face aos encargos inerentes com a realização desse trabalho. Assim, solicita um reforço dessa verba já no próximo orçamento.-----

Informa que a freguesia de Rocas do Vouga encontra-se cheia de depósitos de sucata. Apela para que seja retirada essa sucata e o reforço da fiscalização, através da GNR, no caso dos fiscais do Município não poderem realizar esse serviço.-----

A empresa Reciclata, há quinze dias, realizou uma descarga poluente que queimou todas as verduras na sua proximidade. Ainda hoje, não sabemos qual a qualidade do ar, especialmente, naquela zona.-----

Apresentou uma sugestão para solucionar o problema dos depósitos irregulares de madeiras em espaços do domínio público. Sugere que as Juntas de Freguesia, em parceria com a Câmara Municipal, procurassem arranjar espaços destinados exclusivamente ao depósito de madeiras, por parte das empresas que laboram neste ramo de actividade, estabelecendo-se normas para autorizar o depósito e limpeza dos respectivos parques que fossem criados.-----

Concluiu a sua intervenção abordando o tema da sinalização no nó de Talhadas, que necessita de rectificação porque se encontra mal sinalizada, e alguns automobilistas foram parar a Pinheiro de Lafões.-----

Manuel Soares – Quanto ao problema relacionado com o ambiente informou que o respectivo Ministério realizou, há bem pouco tempo, recolhas de ar para análise.-----

Em relação às verbas atribuídas para compensação na limpeza das valetas, informou que seria reforçada a verba no próximo orçamento. Contudo, informou a Assembleia Municipal que existem Juntas que limpam mais área, com o mesmo valor, e outras que limpam muito menos. No entanto, esse problema vai ser objecto de uma análise.-----

Por outro lado, podemos equacionar a possibilidade de adjudicar esse trabalho aos particulares, no caso de ser mais vantajoso para o Município.-----

Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Rocas, informou que as verbas a transferir seriam aumentadas, mas não para os valores desejados.-----

Albano Macedo – A falta do espelho de água na praia fluvial, é de facto preocupante, na medida em que prejudicou várias pessoas (arrendatário e banhistas). No entanto, considera que faltou diálogo entre a empresa exploradora da mini-hídrica e esta autarquia, para que fossem avisados os beneficiários daquele espaço. Na sua opinião, deveriam ser sensibilizados para comunicarem essa intenção com o tempo necessário para serem avisadas as diferentes entidades, exploradoras e beneficiários da praia fluvial, com vista a evitar-se eventuais prejuízos.-----

Em segundo lugar, refere que acaba neste ano, o prazo dado às entidades públicas, para acabarem com as barreiras arquitectónicas nos edifícios públicos, com vista à mobilidade de qualquer pessoa. É um dos problemas que gostaria ver resolvido com urgência, porque ainda existem muitos edifícios públicos neste concelho, com barreiras arquitectónicas, como o edifício dos Paços do Concelho, e são verdadeiras barreiras à mobilidade de pessoas condicionadas.-----

Quanto ao “dia sem trânsito” nas duas ruas da vila, não vislumbrou qualquer vantagem.-----

Na Casa da Juventude, falta uma placa de estacionamento e já afastaram a floreira.-----

Recomendou que fosse retirada a publicidade relativa ao congresso da Ria, que já ocorreu há muito tempo, e ainda continua exposta no “mupie”. -----

Entende que deveria ser dada alguma satisfação à população, quando ocorressem cortes no abastecimento de água. O presidente informou que a falta de água ocorreu durante cerca de três horas, provocada pelo rebentamento da conduta, tratando-se, portanto, de uma situação imprevista. -----

No fórum sobre Sever do Vouga, na Internet, um anónimo identificado por “Navegador”, publica um conjunto de informações relacionadas com as visitas a Santa Maria da Feira, no âmbito da “Feira Medieval”, quando deveria, como severense, realçar aspectos relacionados com o nosso concelho, através da divulgação da Ficavouga, podendo, também, realçar o desempenho do rancho Português de Friburgo, que actua na Suíça, representado por conterrâneos do nosso concelho. O membro Albano Macedo considera inaceitáveis as observações publicadas, questionando se não seria mais correcto publicar mensagens de promoção do nosso concelho. -----

Joaquim Gabriel – Refere que, muito se fala e escreve sobre a vocação deste concelho para o turismo. Será verdade? Lembra que essa vocação é alimentada através de obras como a Praia Fluvial da Quinta do Barco, o recanto da Cabreia, o Centro das Artes e do Espectáculo e o Centro Cívico da Vila, mas “não pelo deixa andar das plantações de eucaliptos” na beira do Rio Vouga, também:-----

- não pela limpeza da E.N. 16, muito tarde, e esperando que não seja apenas uma vez por ano;-----
- não pela albufeira da Praia Fluvial, vazia em plena época estival;-----
- não pelo abandono da antiga estação da C.P., em Paradela e, também, pela falta de solução para o complexo das Massas Vouga;-----
- não pelo abandono em que se encontra a Via Romana, na Ereira e, a Necrópole Megalítica das Arcas;-----
- não pelos despejos de lixo à beira do Rio Vouga;-----
- não pelo abandono das garagens em frente ao Complexo, ainda não concluídas e bastante vandalizadas;-----
- não pela sinalética existente da extinta Delegação Escolar; pela Ficavouga, com o actual figurino que vai definhando de ano para ano; pela falta de camas; e muito mais, conforme já foi referido nesta sessão.-----

Faz lembrar que, a ligação da Ermida à Vila “conheceu felizmente um novo passo”, dado através da construção do pontão no Rio da Póvoa. Para evitar que a água da chuva arraste a terra dessa estrada rio abaixo, é necessário intervir com urgência e asfaltar essa estrada, bem como, projectar uma ligação à zona do Centro de Saúde e Escolas.-----

O vereador Manuel Martins, aquando da visita realizada àquela zona, constatou a falta de acessibilidades em toda aquela área. A desactivação da levada do Sobral poderia servir de ponto de referência para esse acesso, onde o proprietário do terreno manifestou vontade em negociá-los (Dr. António Vasconcelos). São recomendações e propostas colocadas para análise.-----

Armelim Amaral – Faz um resumo das intervenções anteriores. Considera óptima a ideia apresentada pelo membro Albano Amaral, para esta assembleia estudá-la mais profundamente. Quanto ao problema dos eucaliptos na margem do Rio Vouga, já aqui referido, sugere que seja formulada uma proposta para analisarmos e servir de reforço ao pedido realizado pelo executivo.-----

Em relação ao estacionamento na entrada de Couto de Esteves, apesar de dizerem que só vai beneficiar “O Júnior”, ou noutras circunstâncias, uma festa ou um funeral, considera que deveria ser negociado o terreno para a realização desse projecto.-----

Aproveitou para dar conhecimento à Assembleia Municipal que o “Processo Judicial do Caminho das Bouças” foi arquivado.-----

O presidente da Câmara acrescentou que, “o processo foi arquivado, porque o procurador do Ministério Público entende que não existe qualquer ilegalidade”.-----

Quanto ao pedido formulado pelo membro António Martinho, sobre as passadeiras, entende que deveria ser feito um texto para ser entregue à Comissão de Trânsito e servir de proposta para ser apresentada ao IEP.-----

Depois da intervenção dos membros inscritos, neste período, seguiu-se a “Ordem do Dia”.-----

-----2º - Período da Ordem do Dia-----

Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxas: - O Presidente da Câmara começou por prestar algumas informações acerca deste imposto, sua evolução e comparação com o anterior imposto municipal (Contribuição Autárquica), efeito das actualizações dos registos no Serviço de Finanças e isenções previstas no novo código.-----

Foram anotadas as seguintes intervenções:-----

Acrescenta que, neste momento, não sabemos qual o efeito da aplicação do novo código, devido ao efeito das isenções. Foi informado que muitos contribuintes deste concelho requereram a isenção do imposto, prevista no artigo 45º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

Dos dados disponíveis, sabemos que existe um ligeiro aumento, mas inferior aos aumentos verificados com o anterior imposto (Contribuição Autárquica).-----

João Almeida – Refere que os critérios de ilegitimidade nada têm haver com os critérios de salvaguarda. Existem dois critérios distintos – Rendimento e Património – não sendo justo que beneficiem aqueles com rendimentos elevados. Estamos perante uma reforma fiscal, onde está a decorrer o prazo de identificação do titular dos imóveis. Pode ser considerada uma reforma com algumas deficiências, mas é melhor que o anterior modelo.-----

Na sua opinião, houve um erro na análise dos dados, porque, em primeiro lugar, verifica-se um alargamento da base tributável, ou seja, a cláusula de salvaguarda vai permitir um aumento de 60€ para 75€ e, assim, sucessivamente. Em segundo lugar, já se verifica um aumento de 5%, sem ser tomada em consideração a última “tranche”. Depois, verifica-se o somatório de todos os prédios, para se proceder à liquidação.-----

Comenta, o poder político não pode andar sempre a carregar nos mesmos, ou então, terão que existir contrapartidas.-----

Contudo, verifica-se que existe um despesismo e um laxismo. Considerando que “o poder local é muito prejudicial ao país”.-----

Neste momento, existe uma gestão errada dos recursos.-----

O verdadeiro problema encontra-se na falta de dinheiro para fazer as obras que se comprometeu e ainda não as realizou.-----

Mas, está-se a esquecer de um pormenor importante – não vai ter que justificar o aumento das taxas. Isso sim, vai ter que justificar como gastou dez milhões de contos e a dívida aumentou quatro vezes mais.-----

Manuel Soares – Responde – é estranho, quando fala em erro de análise, quando a ANMP e municípios do mesmo partido já decidiram por aplicar as taxas máximas. Será que também fizeram mal as contas? - Realizámos uma reunião com o Serviço de Finanças e informaram-nos que não tinham dados para fornecer, para podermos trabalhar e determinar o efeito do novo imposto. Mas, tem a certeza que vão aumentar o número de isenções, devido ao número de pedidos que deram entrada naquele serviço. Também sabemos que existe um conjunto grande de contribuintes que passaram a pagar menos.-----

David Alves – Comenta, não entender porque existe tanta discussão sobre este assunto. Este órgão não está a estabelecer taxas para vários anos.-----

Coloca muitas reservas no IMI para os anos futuros, mas agora, existem os mecanismos no código para reduzir o impacto nos aumentos, por um lado. Mas também, por outro lado, sabemos que existe muito trabalho por realizar – avaliações – cujo efeito não será projectado para o próximo ano.-----

Joaquim Gabriel – Vai optar pela abstenção, porque não se encontra devidamente esclarecido sobre o efeito desta decisão.-----

Comenta – a prudência, pede precisamente o contrário – ou seja, aprovávamos uma redução da taxa para metade.-----

Na sua opinião, devia ser formulada uma proposta para ser aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal. Entende que deve ser retirada, para voltar à Câmara Municipal, por forma a ser reformulada e apreciada novamente.-----

Albano Amaral – Devemos louvar a coragem de quem lançou esta reforma. No entanto, o governo nada dá e verifica-se que aumentam mais as competências dos Municípios.-----

Refere que os argumentos apresentados, são iguais àqueles onde o PS se encontra na oposição, em outros municípios. No entanto, teremos que ser coerentes. Nós, gostaríamos de ver uma redução nos impostos que pagamos. Mas, também somos cada vez mais exigentes nos benefícios públicos que pretendemos usufruir.-----

Quando estudámos a evolução deste imposto, tínhamos há muitos anos, o imposto abolido correspondente ao “dia braçal”. Mais tarde, a Contribuição Autárquica que pretendia, em primeira instância, a tributação dos terrenos, ou seja, reflectindo um país praticamente rural. Agora, a realidade é bem diferente.-----

Seria justo e correcto compararmos os recursos com as obras que serão realizadas.-----

Considera que, não vai ser com estas taxas que vão surgir problemas para os munícipes.-----

Depois de realizadas as intervenções dos membros inscritos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta do órgão executivo, para serem fixadas as taxas a que referem, as alíneas b) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, que aprovou o Código do IMI. A proposta foi aprovada por maioria, com treze votos a favor, sete votos contra, dos membros João Almeida, Rui Rocha, Carlos Silva, José Braga, Alberto Almeida, Manuel Santana e António Martinho, e com quatro abstenções, dos membros Acácio Barbosa, António Ferreira, Armindo Coutinho e Joaquim Zacarias. Com a proposta aprovada, foram fixadas as seguintes taxas do IMI, para 2005, nos termos do artigo 112º: a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); b) Prédios urbanos: 0,8%; c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%.-----

Antes do segundo ponto da ordem do dia, quando eram cerca das 20 horas, o membro Alberto Almeida, transmitiu ao presidente a necessidade de se ausentar.-----

Derrama/2005: - Prosseguiu-se com a apreciação da proposta apresentada pelo órgão executivo, conforme deliberação tomada no dia 26 de Agosto deste ano, com vista à aprovação do lançamento de uma derrama para o ano de 2005, no valor de 10%, destinada ao reforço da capacidade financeira do Município, nos termos do que se encontra previsto no artigo 18º da Lei das Finanças Locais, aprovada através da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----

Neste ponto da ordem do dia intervieram os membros: Albano Macedo, Carlos Silva e Armelino Amaral.-----

Albano Macedo – Apenas desejou transmitir duas informações. A primeira relacionada com o apuramento deste imposto, ou seja, cuja tributação resulta da incidência da taxa sobre o IRC a pagar. Acrescenta que era bom que todas as empresas pagassem, porque era sinal que todas apresentavam lucros. O segundo prende-se com a vontade do governo em reduzir a taxa de IRC, e se aprovada vai reflectir-se nesta Derrama, passando para cerca de 8% a receita arrecadado deste imposto municipal no ano de 2005.-----

Carlos Silva – Comenta, existem poucas sociedades que apresentam lucros e muitas que, continuamente, apresentam prejuízos, com administradores mostrando sinais exteriores de riqueza tratando-se de uma questão muito complexa e difícil de resolver.-----

Armelino Amaral - Acrescenta, o colega Carlos Silva pretende transmitir que é muito difícil fiscalizar e obrigar as empresas a pagar o justo imposto.-----

Depois de realizadas as intervenções, colocou a proposta apresentada pelo órgão executivo à votação. A proposta para fixação da derrama para 2005, através da taxa de 10%, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, cinco votos contra, dos membros João Miguel, José Braga, Carlos Silva, Manuel

Santana e António Martinho Martins, e, duas abstenções, dos membros António Ferreira e Armindo Coutinho.-----

Seguiu-se a apreciação dos pontos 3) e 4), da Ordem de Trabalhos:-----

Manuel Soares – Presta esclarecimentos sobre as duas propostas para obtenção das autorizações destinadas à contratação dos financiamentos de 513.056,00€ e 47.772,00€.-----

Considera injusto que um município com elevada capacidade de endividamento seja penalizado por aqueles que já esgotaram há muito a sua capacidade de endividamento.-----

Acrescenta, já foram realizadas reuniões e concertações no sentido de se alterar essa norma. No entanto, os responsáveis do Ministério das Finanças entendem manter a mesma posição, com vista a controlarem o endividamento.-----

Joaquim Gabriel – Considera-se apologista em conseguirmos recursos externos, ficando satisfeito com a informação prestada pelo presidente da Câmara, ao afirmar que o endividamento se situa nos 28%.----

Na sua opinião, a Câmara Municipal deve recorrer a este expediente para obter novos recursos.-----

Financiamento de 513.056,00€: - No uso da competência conferida através da alínea d), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e, porque se encontram reunidos os requisitos indicados no n.º 5, do artigo 23º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, designadamente, com as condições praticadas por três instituições financeiras e informação sobre a capacidade de endividamento do Município;-----

Atento, também, o limite máximo de endividamento permitido ao Município e calculado ao abrigo do n.º 3, do artigo 20º, da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, no valor de 513.056€, comunicado pela DGAL, através do ofício n.º 7/2004, de 23 de Março.-----

Considerando a proposta apresentada pelo órgão executivo, aprovada na reunião do dia 12 de Agosto último.-----

Deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, autorizar o Município de Sever do Vouga a contrair o financiamento, de longo prazo, no valor de 513.056€ (quinhentos e treze mil, cinquenta e seis euros), conforme proposta apresentada, destinando-se este empréstimo ao financiamento das empreitadas “Rectificação da Estrada de Rocas/Couto de Esteves” e “Rectificação da Estrada de Nogueira/Gândara/Paçô”, afectando-se 300.000€ à primeira obra e 213.056€ à segunda empreitada.----

Financiamento de 47.772,00€: - De igual modo, deliberou este órgão, por unanimidade, autorizar o Município a contrair o empréstimo de longo prazo, no valor 47.772€ (quarenta e sete mil, setecentos e setenta e dois euros), conforme rateio realizado e comunicado pela DGAL através do ofício n.º 16/2004, de 11 de Agosto, calculado nos termos da legislação indicada na citada comunicação.-----

Este empréstimo destina-se, exclusivamente, a financiar trabalhos na empreitada “Rectificação da Estrada de Rocas/Couto de Esteves”.-----

Esta deliberação foi tomada no uso da competência conferida através da alínea d), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, depois de apresentada a proposta pelo órgão executivo, instruída com os documentos indicados no n.º 5, do artigo 23º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----

Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo – Alteração:-----

INTRODUÇÃO: - O vereador António Coutinho, esclarece que esta alteração visa, essencialmente, alargar o prazo de apresentação das candidaturas, devido ao facto de alguns alunos procederem à realização de exames numa época coincidente à apresentação da respectiva candidatura. Ficando prejudicados porque éramos obrigados a excluí-los, com base no regulamento actualmente em vigor. Por outro lado, pretende-se aumentar o número de beneficiários, devido ao crescente número de alunos do concelho, inscritos no ensino superior, com reconhecidas dificuldades financeiras para frequentar os respectivos cursos, com rendimentos muito baixos.-----

Pretendemos, também, reconsiderar situações de manifesta injustiça social, como por exemplo, para auxiliar famílias onde exista um elemento do agregado familiar com doença prolongada.-----

INTERVENÇÕES:-----

Albano Amaral – Apenas pretendeu informar que um Município vizinho publicou com elevado ênfase no jornal, a atribuição de cinco bolsas de estudo. No entanto, o Município de Sever do Vouga atribui

dez, e não publica essa decisão com grande parangona no jornal, e pretende aumentar esse apoio para o dobro.-----

João Almeida – Recomenda que seja acautelada a atribuição de bolsas de estudo a famílias onde os educandos levam bons carros para a Universidade.-----

António Coutinho – Responde que, existem sempre injustiças na atribuição das bolsas, porque é de facto, muito difícil calcularmos o verdadeiro rendimento auferido.-----

Armelim Amaral – Diz, “o cerne da questão” encontra-se em como são tributados os contribuintes, também, como refere Carlos Silva.-----

DELIBERAÇÃO: - No uso da competência conferida através da alínea a), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção introduzida através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou este órgão, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada para alteração do “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo”, para vigorar já no presente ano lectivo.-----

Moção “Portagens na A25” – Apreciação:-----

INTRODUÇÃO: - Intervieram neste ponto da ordem do dia, os seguintes membros:-----

Albano Amaral – Considera que, em matéria de portagens na A25, deveríamos optar por uma posição igual à da Comissão de Utentes do IP5, através da subscrição dessa moção. Sabemos, contudo, que essa moção poderá ter pouco efeito e serão necessárias outras medidas mais extremas, dentro dos limites legais.-----

João Almeida – Comenta que só manterão abertos os nós considerados rentáveis.-----

Armelim Amaral – Manifesta-se contra a filosofia do utilizador/pagador, porque ainda hoje, pago uma estrada que já se encontra paga há muito tempo. Solicitou que fosse elaborada uma proposta de moção, com a ajuda dos dois líderes parlamentares.-----

Albano Amaral – Acrescenta que, é necessário reter que o IP5, actualmente, é a via onde transitam mais mercadorias deste país, com um volume de 65%. A cobrança das portagens vai reflectir-se nessas transacções, onde as mercadorias passarão a ser oneradas, reduzindo a competitividade.-----

Manuel Soares – Informa que em Talhadas, manter-se-á o nó, porque estabelece ligação a Águeda e Vale de Cambra e, mais tarde, ao IC35. Contudo, possui muitas reservas quanto ao nó de Carvoeiro, porque estabelece apenas a ligação a um concelho. Mas, não acredita que fechem o nó de Carvoeiro, quando se encontram a gastar tanto dinheiro, actualmente, na sua remodelação.-----

Armelim Amaral – Reforça a ideia de fazerem chegar à mesa uma proposta.-----

António Martinho – Propõe que seja criada uma comissão para elaboração dessa moção.-----

Carlos Silva – Pede prudência, porque se inviabilizarmos as portagens, pode-se correr o risco de suspenderem a empreitada, como já aconteceu noutras obras sob a administração do Estado.-----

Armelim Amaral – Conclui este ponto de trabalhos, pedindo à Assembleia para que entreguem: moções, recomendações e ideias sobre este assunto, para que sejam apreciadas e discutidas numa próxima sessão.-----

Outros Assuntos:-----

Não foi apreciado qualquer assunto.-----

Depois de concluídos os assuntos relacionados com a ordem do dia, Albano Amaral, entregou uma cópia da proposta do “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança” para análise e oportuna e futura votação.-----

-----3º - Período Destinado ao Público----------

Não houve qualquer intervenção.-----